

DOCÊNCIA: METODOLOGIAS E EXPERIÊNCIAS DOCENTES

AS METODOLOGIAS DE ENSINO BASEADAS NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS – O CASO DE SIMULAÇÃO EMPRESARIAL

Ana Bela Teixeira (ana.bela.teixeira@esce.ips.pt)

Susana Maria Silva (susana.silva@esce.ips.pt)

Maria da Conceição Aleixo (conceicao.aleixo@esce.ips.pt)

Escola Superior Ciências Empresariais
Instituto Politécnico de Setúbal
Departamento de Contabilidade e Finanças
Campus do IPS, Estefanilha
2914-503 Setúbal (Portugal)

RESUMO

Recorrendo a metodologias de ensino baseadas na resolução de problemas, Simulação Empresarial, na Licenciatura de Contabilidade e Finanças, é uma unidade curricular que faz a integração e consolidação curricular. Para aferir o atingimento dos objetivos da unidade curricular e a auto-avaliação efetuada pelos estudantes, foi-lhes apresentado um inquérito por questionário. Os resultados comparados com os últimos dois anos letivos, evidenciam também o reforço nas áreas de formação da Licenciatura e o atingimento dos objetivos propostos. Todavia, quer o nível de aprovação, situado nos 89%, contra os 100% dos outros anos da comparação, quer a descida da média, mediana e moda em mais de um ponto percentual, faz-nos questionar num trabalho futuro, se houve implicação nestes resultados, a aplicação das novas regras de funcionamento e transição de ano, entradas em vigor em 2012/2013, dado que, quer o corpo docente, quer as condições de funcionamento e avaliação, não sofreram alterações.

PALAVRAS CHAVE: Simulação Empresarial, Metodologias de Ensino, Ensino Baseado na Resolução de Problemas.

ABSTRACT

Using the problems based learning methodologies, Business Simulation, in an Accounting and Finance graduation, is a course that makes the integration and consolidation. To measure the achievement of the objectives and self-assessment performed by the students, they were presented with a survey. The results compared with the last two academic years, also reveal the enhancement in the areas of training and therefore the achievement of the proposed course objectives. However, whether the level of approval, located in 89%, against 100% in the rest of the years under review, whether the fall in average, median and mode in more than one percentage point, makes us question in future works, whether the application of the rules of operation and transition year, which came into force in 2012/2013, imply or not in these results, given that both the faculty and the conditions of operation and evaluation, suffered no changes at all.

KEYWORD: Business Simulation, Teaching Methodologies, Problems Based Learning.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o ensino da contabilidade nas Instituições de Ensino Superior¹, teve de reestruturar-se para acompanhar e satisfazer as necessidades das entidades empregadoras para as quais preparam os seus estudantes (Bui e Porter, 2010), (Albrecht e Sack, 2000) e (Jones, 2010). Essa reestruturação, assenta em vários pilares passando pelo reequacionar das metodologias de ensino.

Vários estudos efetuados comprovam a necessidade de aprendizagem/formação ao longo da vida, como é o caso de Bolt-Lee e Foster (2003) e Bradford e Peck (1997). Para vários autores é consensual a vantagem de articular metodologias tradicionais de ensino com a metodologia de ensino assente na resolução de problemas. Hansen (2006), afirma que esta metodologia permite ao Estudante reforçar o pensamento crítico, o trabalho em grupo, a capacidade de análise e comunicação, aplicar e integrar conhecimentos, analisar e resolver problemas e ter uma atitude de aprendizagem permanente. Pasin e Giroux (2011) salientam que esta metodologia deve coexistir com outros métodos de aprendizagem tradicional. Para Barrows e Tamblyn (1980), a metodologia de ensino baseada em resolução de problemas não deve ser aplicada numa fase inicial da aprendizagem uma vez que assenta no desenvolvimento da capacidade de resolver problemas e não na de aquisição de conhecimentos.

A Licenciatura em Contabilidade e Finanças da Escola Superior de Ciências Empresariais, acompanhando as mudanças verificadas nas instituições de ensino superior, referidas por Etxeberria e Pike (2011) e que consistem na passagem do paradigma centrado no ensino, para uma aprendizagem autónoma do estudante, tem no último semestre da Licenciatura a unidade curricular de Simulação Empresarial, que aplicando a metodologia de ensino baseada na resolução de problemas, faz simultaneamente a síntese e a consolidação da estrutura curricular.

Este estudo está organizado nos seguintes pontos: (i) breve introdução; (ii) ponto onde se enquadra na Licenciatura de Contabilidade e Finanças da ESCE do IPS, a unidade curricular de Simulação Empresarial; (iii) referências a alguns estudos já efetuados; (iv) estudo de caso onde é apresentada a metodologia, a amostra e a análise e discussão dos resultados obtidos; e (v) considerações finais. Por último apresentam-se as referências bibliográficas.

2. SIMULAÇÃO EMPRESARIAL NA LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E FINANÇAS DA ESCE DO IPS

Tendo como missão² "Ensinar, investigar e prestar serviços na área das Ciências Empresariais, com os mais elevados níveis éticos e de qualidade, dignificando o Homem, contribuindo, em parceria com a comunidade, para a promoção do desenvolvimento do país, em geral, e da região de Setúbal, em particular", a Escola Superior de Ciências Empresariais (ESCE), é uma das cinco Escolas do Instituto Politécnico de Setúbal, (IPS)³, e iniciou a sua atividade em 1994 com duas Licenciaturas, a de Gestão de Recursos Humanos e a de Contabilidade e Finanças, conferindo os graus de Bacharel e Licenciado até ao ano em que, aderindo ao processo de Bolonha, deixou de ter uma Licenciatura Bietápica, para a conferir, no final de 3 anos, a Licenciatura.

A Licenciatura em Contabilidade e Finanças (CF), tem como objetivo proporcionar uma formação sólida nas áreas da Contabilidade e das Finanças, permitindo o acesso a um vasto leque de saídas profissionais⁴, teve, até ao ano letivo de 2001/2002, no último ano da Licenciatura, a unidade curricular de Estágio. Todavia, essa ligação

¹ Em Portugal, o ensino superior está organizado "num sistema binário devendo o ensino universitário orientar-se para a oferta de formações científicas sólidas, juntando esforços e competências de unidades de ensino e investigação, e o ensino politécnico concentrar-se especialmente em formações vocacionais e em formações técnicas avançadas, orientadas profissionalmente" (ponto 1 do Artigo 3º da Lei nº 62/2007 de 10 de Setembro).

² Estatutos da Escola Superior de Ciências Empresariais (<http://www.esce.ips.pt>).

³ O Instituto Politécnico de Setúbal foi criado em 1979 e iniciou as suas actividades em 1981. Actualmente é constituído por 5 Escolas: Escola Superior de Tecnologia de Setúbal, Escola Superior de Educação Escola Superior de Ciências Empresariais, Escola Superior de Tecnologia do Barreiro e Escola Superior de Saúde (<http://www.ips.pt>).

⁴ Nomeadamente, Técnicos Oficiais de Contas, Revisores Oficiais de Contas, Analistas Financeiros, Gestores de Patrimónios, Gestores de Carteiras de activos financeiros, Gestores de Conta, Gestores de Organizações, Técnicos de Fiscalidade, Consultores Fiscais, Gestores de Informação Interna e ainda dotar os diplomados de competências que lhe permitam o acesso à formação do 2º ciclo de estudos, o Mestrado (<http://www.esce.ips.pt>)

efetiva com o tecido empresarial da região, era muitas vezes distante da síntese curricular esperada, incidindo apenas em tarefas administrativas repetitivas não permitindo, deste modo, a consolidação de conhecimentos, nas áreas de formação.

Assim, com o objetivo de ultrapassar esse problema e conseguir, através de uma unidade curricular (UC) da Licenciatura, efetuar simultaneamente uma verdadeira consolidação de conhecimentos bem como uma efetiva síntese curricular, sem deixar de preparar o Estudante para a inserção nas organizações, no ano letivo de 2002/2003, a unidade curricular de Estágio da Licenciatura de CF, foi substituída pela de Simulação Empresarial (SE). Esta UC permite ter uma perceção global da realidade empresarial dado que o seu funcionamento, através de um mercado simulado, se aproxima do ambiente empresarial no seu dia-a-dia. Atualmente, SE, na Licenciatura de CF da ESCE do IPS, enquadra-se na seguinte estrutura curricular:

Quadro 1- Estrutura curricular da Licenciatura em CF da ESCE do IPS

Áreas	Unidades Curriculares
Contabilidade e Relato Financeiro – 36 ECTS	Contabilidade Financeira I, Contabilidade Financeira II, Contabilidade das Sociedades, Relato Financeiro I, Relato Financeiro II, Contabilidade Financeira do Setor Público
Contabilidade Analítica e de Gestão – 19 ECTS	Contabilidade Analítica I, Contabilidade Analítica II, Contabilidade Analítica III, Planeamento e Controlo de Gestão
Fiscalidade – 18 ECTS	Fiscalidade I, Fiscalidade II, Fiscalidade III
Finanças – 18,5 ECTS	Cálculo Financeiro, Análise Financeira, Gestão Financeira, Gestão Financeira Internacional
Direito de Empresas – 12 ECTS	Introdução ao Direito, Legislação Comercial, Direito do Trabalho (Opção)
Ética e Deontologia – 3,5 ECTS	Ética e Deontologia Profissional (Opção)
Outras Áreas Complementares – 42 ECTS	Introdução à Gestão, Informática, Matemática, Economia, Auditoria, Estatística e Gestão de Base de Dados, Gestão de Recursos Humanos, Marketing, Projetos de Investimento e Inovação e Estratégia Empresarial
Unidade de consolidação e síntese curricular – 21 ECTS	Simulação Empresarial

Fonte: Elaboração própria

2.1. Simulação Empresarial – perspetiva evolutiva

A funcionar na ESCE do IPS desde o ano letivo de 2002/2003, Simulação Empresarial, é para além de uma unidade curricular, um projeto cujo sucesso assenta na aplicação de uma metodologia de ensino inovadora que associa docentes e estudantes, sendo estes, parte ativa no processo de aprendizagem. Esta unidade curricular, com este modelo de ensino, a funcionar há 11 anos na ESCE, resulta de um protocolo de parceria assinado entre a ESCE e o Instituto Superior de Contabilidade e Administração (ISCA) da Universidade de Aveiro (UA) onde anteriormente a unidade curricular tinha sido criada e implementada. O objetivo global de SE é, adquirir, consolidar, reforçar e articular conhecimentos e competências, incentivar a investigação e fazer a ponte entre a Escola e a Profissão, através de um mercado simulado.

Assim, ao abrigo do protocolo entre a ESCE e o ISCA da UA, SE é uma unidade curricular do último semestre da Licenciatura em Contabilidade e Finanças, desde o ano letivo de 2002/2003. Inicialmente o seu funcionamento previa 12 horas de contacto semanal em sala de aulas. Na atual estrutura curricular, o seu funcionamento assenta em mais 3 horas semanais, ou seja, em 15 horas de contacto em sala de aula, por semana.

Assente numa metodologia de ensino inovadora, desde o início, o seu funcionamento teve implicações a três níveis:

- Na Licenciatura, porque veio substituir a unidade curricular de Estágio, (que era e é obrigatória nos outros Cursos da Escola) e tem por isso, à semelhança dos Estágios, um Regulamento próprio aprovado no Conselho Técnico Científico.
- Nos Docentes, criando a necessidade de, aplicar e articular metodologias de ensino focadas numa atitude de aprendizagem e não de ensino, levando o Estudante a uma maior motivação e envolvimento na aprendizagem, direcionando-os para a investigação, acompanhando-os nesse percurso, quer apontando erros quer apresentando alternativas possíveis. Teve ainda uma outra consequência que é diferenciadora das outras UC's, reforçou e estreitou a necessidade de uma equipa de docentes coesos.
- Nos Estudantes porque, rapidamente se apercebem, da necessidade de terem uma maior responsabilidade na aprendizagem, bem como na importância de terem um forte espírito de grupo, ganharem confiança e dinamismo, gerirem o tempo e o *stress*, cumprindo simultaneamente os prazos estabelecidos. Isto porque, no início da UC, após o sorteio da sua empresa⁵ que vai ter de gerir, é patente a diferença do funcionamento em sala. Deixa de haver, como nos 5 semestres anteriores do Curso, uma formação assentes na aplicação de metodologias de ensino focadas na memorização dos conteúdos programáticos, em aulas teóricas e práticas lecionadas pelos docentes, nas quais é efetuada uma avaliação, maioritariamente, através de testes/exames escritos.

Quando analisado o seu funcionamento, ao longo destes 11 anos, em termos de recursos, evidencia-se a necessidade de ter uma sala adequada ao seu funcionamento, dado que para além de ter que ter pelo menos um computador por empresa (com recurso a um *software* específico de contabilidade, a uma plataforma de *e-learning* e acesso à Internet), ainda necessita de um espaço reservado para o arquivo histórico do último ano letivo e outro, para o do ano que está a funcionar. Em termos de estudantes e até ao ano letivo de 2011/2012 estiveram inscritos em SE, 929 estudantes, dos quais 50 desistiram ou faltaram, 6 reprovaram e 873 foram aprovados (um sucesso que ronda os 94%). A média das avaliações obtidas ao longo destes anos oscilou entre 14,3 e 15,3 valores. Relativamente ao corpo docente, o sucesso da equipa resulta da sua estabilidade, onde a maioria dos docentes da unidade curricular se mantém há vários anos. A título de exemplo, salientamos algumas das atividades desenvolvidas na unidade curricular⁶:

Quadro 2 - Síntese das atividades desenvolvidas em Simulação Empresarial

Área científica de Contabilidade	Área científica das Finanças
Criação de empresas e respetivos registos contabilísticos de abertura de atividade	Realização do plano económico e financeiro anual
Elaboração de documentos tais como: guias de remessa, faturas a clientes, notas de encomenda a fornecedores e guias de entrada	Gestão da tesouraria da empresa, negociando e controlando prazos de recebimento e de pagamento
Compras de matérias-primas, mercadorias e prestação de serviços e Gestão de stocks	Avaliação da decisão de investimento e Avaliação da decisão de financiamento de médio e longo prazo
Contratos de trabalho, de seguros de vida, de acidentes de trabalho, de viaturas	Contratação de aplicações financeiras, para rentabilização dos excessos de tesouraria
Fichas de empregado, processamento de salários e procedimentos referentes à Segurança Social	Controlo financeiro face ao orçamento inicial
Classificação dos fluxos para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa	Análise económica e financeira no âmbito dos relatórios e contas (intercalar e anual)
Repartição dos custos pelas respetivas funções, para elaboração da DRF	Negociação de instrumentos de financiamento para cobrir défices de tesouraria
Procedimentos fiscais e registo contabilístico dos diferentes impostos, nomeadamente, IVA, IRC, IRS e Imposto de Selo	Contratos de Leasing e de financiamento bancário a curto (livrança), médio e longo prazo

⁵ Cada empresa é gerida por dois Estudantes.

⁶ Programa da unidade curricular de 2013/2014 (<http://www.esce.ips.pt>).

Aumentos de Capital, Criação de Reservas e Distribuição de lucros	Aplicações financeiras em ações e obrigações
Prestação de Contas e Elaboração do Dossier Fiscal	Subscrição de unidades de participação de fundos de investimento
Apresentação e discussão da situação económica e financeira da empresa, que se realiza na assembleia-geral de cada empresa para apreciação dos resultados alcançados no exercício económico	

Fonte: Elaboração própria

2.2. Simulação Empresarial e a Profissão de Técnico Oficial de Contas

O exercício da profissão de técnico oficial de contas (TOC) no contexto atual, não se restringe à aplicação e domínio da técnica contabilística. Espera-se que saiba inserir a organização no contexto económico e relacione vários saberes que se prendem nomeadamente com a estrutura interna de funcionamento da informação, a área financeira e o uso das novas tecnologias de informação.

Assim, “Os candidatos a técnico oficial de contas devem possuir a habilitação académica de licenciatura ou superior, ministrada por estabelecimento de ensino superior público, particular ou cooperativo, criado nos termos da lei e reconhecido pela Ordem como adequado para o exercício da profissão” (Artigo 16º do Estatuto dos Técnicos Oficiais de Contas⁷). O número três do mesmo artigo refere que “o reconhecimento referido no nº 1 deve basear-se em critérios objetivos, fundamentados nos currículos, nas unidades de crédito, nos meios de ensino e nos métodos de avaliação”. Esses critérios são apresentados no Anúncio nº 6060/2010 agrupados em áreas nucleares e em áreas complementares, caracterizadas em conteúdos programáticos e obedecendo ao referencial quantitativo do sistema europeu de créditos curriculares.

Os requisitos quantitativos mínimos das áreas nucleares de formação deverão globalmente ter como mínimo 105 ECTS. São consideradas áreas complementares de formação: Contabilidade e Relato Financeiro, Contabilidade Analítica e de Gestão, Fiscalidade, Finanças, Direito das Empresas e Ética e Deontologia. Os requisitos quantitativos mínimos das áreas complementares de formação deverão globalmente ter como mínimo 40 ECTS⁸. São consideradas áreas complementares de formação: Auditoria, Organização e Gestão de Empresas, Economia, Matemática, Tecnologias e Sistemas de Informação e Inglês para Negócios. Destas seis áreas disciplinares deverão ser contempladas, na estrutura curricular do Curso, pelo menos quatro.

A Licenciatura de CF da ESCE do IPS, cumpre os requisitos quantitativos mínimos das áreas nucleares e complementares e é uma Licenciatura reconhecida pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC).

Por outro lado, e de acordo com o artigo 28º do Regulamento de inscrição, estágio e exame profissional da OTOC, poderá ser facultada a dispensa de estágio profissional a candidatos que “tenham realizado com aproveitamento, em curso conferente de grau académico de licenciatura ou superior ministrado por estabelecimento de ensino superior, unidades curriculares com características de projeto (simulação empresarial) com um mínimo de 15 ECTS”. Num protocolo celebrado entre a OTOC e o estabelecimento de ensino superior responsável pelo Projeto/Simulação Empresarial, serão definidas as regras de atuação (artigo 29º do mesmo Regulamento).

Simulação Empresarial, na Licenciatura de CF da ESCE, pelo conteúdo programático, o número de horas obrigatórias semanais em sala e os ECTS atribuídos, faz com que, os Licenciados da referida Licenciatura, estejam dispensados do estágio profissional, aquando da inscrição para Técnico Oficial de Contas.

⁷ O Decreto-Lei nº 310/2009, de 26 de Outubro, veio proceder à revisão do Estatuto dos Técnicos Oficiais de Contas, aprovado pelo Decreto-Lei nº 452/99, de 5 de Novembro.

⁸ ECTS – European Credit Transfer System.

2.3. As Metodologias de ensino e Simulação Empresarial

De entre as metodologias de ensino focadas no Estudante, a aprendizagem baseada em problemas é, de acordo com Barrows e Tamblyn (1980), consequência da aprendizagem que resulta do processo de trabalho com o objetivo de resolver um problema que ao ser apresentado serve de estímulo para a aplicação das capacidades de compreensão e resolução do problema, permitindo o desenvolvimento das capacidades de resolver problemas e a aquisição de um conjunto articulado de conhecimentos relacionados com o tipo de problema apresentado. Hansen (2006), afirma que esta metodologia permite ao Estudante reforçar o pensamento crítico, o trabalho em grupo, a capacidade de análise e comunicação, aplicar e integrar conhecimentos, analisar e resolver problemas e ter uma atitude de aprendizagem permanente. Contrastando com esta metodologia de ensino, Albercht e Sack (2000) referem a que tem por base a memorização, a atitude passiva em sala de aula, assente numa forte componente teórica e ou prática lecionada pelo Docente, suportada em livros e vocacionada para as avaliações, não desenvolvendo no Estudante competências pessoais que os tornem profissionais competitivos e de sucesso. Anés Gavira, 2011, citando Norman e Schmidt salientam que o ensino baseado em resolução de problemas exige o envolvimento e participação do Estudante, sendo por isso muito mais motivadora⁹.

Todavia, Barrows e Tamblyn (1980) referem que a metodologia de ensino baseada em resolução de problemas não deve ser aplicada numa fase inicial da aprendizagem uma vez que essa metodologia assenta no desenvolvimento da capacidade de resolver problemas e não na de aquisição de conhecimentos. Partilhando da opinião destes autores, consideramos que, numa Licenciatura de três anos, como a de CF da ESCE do IPS, uma unidade curricular como Simulação Empresarial, que se caracteriza por consolidar e fazer a síntese curricular, deve constar da sua estrutura, mas no último ano do ensino.

2.4. Modelo de avaliação de Simulação Empresarial

Relativamente ao modelo formal de avaliação da unidade curricular de SE, na ESCE, tal como no ISCA-UA, a avaliação é contínua. Na ESCE, este modelo de avaliação suporta-se, para além da avaliação de três relatórios entregues em fases distintas, em mais dois tipos de avaliação, a individual (com vários momentos repartidos pelas 3 fases e na apresentação oral) e a que é feita à empresa (com diferentes auditorias também repartidas pelas 3 fases). Cada estudante/empresa tem ainda a obrigatoriedade de cumprir vários mínimos nas fases. Globalmente, a avaliação individual, nas suas diferentes formas, representa 42,9% da nota final do estudante.

2.4.1. Fórmula de Cálculo da Nota Final

De acordo com o Regulamento de SE¹⁰, a avaliação de conhecimentos é efetuada exclusivamente em avaliação contínua, não havendo por isso direito a épocas de exame, normal, de recurso e especial. A nota final da unidade curricular resulta da aplicação da fórmula que de seguida se apresenta, bem como do cumprimento de requisitos mínimos. Assim, a nota final é obtida da seguinte forma:

$\text{Nota final} = 10\% \text{ Fase I} + 35\% \text{ Fase II} + 35\% \text{ Fase III} + 20\% \text{ Apresentação Oral}$

Ao longo do semestre serão atribuídas classificações parcelares de avaliação, em cada uma das fases, resultado de uma componente de avaliação individual e à empresa, à qual será adicionada, na percentagem correspondente à fase, a nota do respetivo relatório da fase. É objetivo da UC que a componente da avaliação individual tenha um peso próximo do da avaliação da empresa (que constitui o grupo de trabalho a quem é entregue uma empresa para gerir).

⁹ “Motivação, como processo, é aquilo que suscita ou incita uma conduta, que sustém uma actividade progressiva, que canaliza essa actividade para um dado sentido. Assim, pode designar-se por motivação tudo o que desperta, dirige e condiciona a conduta. Pela motivação consegue-se que o aluno encontre motivos para aprender, para se aperfeiçoar e para descobrir e rentabilizar capacidades” Balancho e Coelho, (1996:17).

¹⁰ Regulamento de Simulação Empresarial 2012/2013 e seguintes (<http://www.esce.ips.pt>).

Os requisitos mínimos anteriormente referidos são: A fase II tem nota mínima de 8,5 valores; O Relatório da fase III tem nota mínima de 10 valores; A média aritmética das notas obtidas nas três fases, têm nota mínima de 10 valores e, a apresentação oral tem nota mínima de 10 valores.

2.4.2. Regulamentos

SE, sendo uma UC do ultimo ano, é afetada pelo Regulamento geral de transição de ano da Escola e ainda, pelo que especificamente regula o seu funcionamento. No ano letivo de 2012/2013, entrou em vigor uma reformulação desses dois regulamentos. De seguida, evidenciamos genericamente a incidência da reformulação.

- Regulamento de transição de ano - com a entrada em vigor do atual documento que regula sobre inscrição e transição de ano no 1º ciclo, os Estudantes transitam de ano quando tiverem realizado pelo menos 50% dos ECTS do ano curricular em que se encontra inscrito, bem como, a transição do 2º para o 3º ano, num curso em regime diurno, encontra-se condicionada à aprovação de 90 dos 120 ECTS da estrutura curricular¹¹. Se o curso funciona em regime noturno a transição do 3º para o 4º ano fica condicionada à aprovação de 105 dos 140,5 ECTS. No anterior Regulamento, não era permitida a transição de ano a quem tivesse mais do que quatro unidades curriculares por fazer.
- Regulamento de Simulação Empresarial - tal como os Estágios curriculares nas outras licenciaturas da ESCE, Simulação Empresarial tem um Regulamento próprio de frequência e funcionamento. No ano letivo de 2012/2013 o Regulamento aplicado foi aprovado na 63ª reunião plenária do Conselho Técnico-científico, em 30 de Janeiro de 2013. Assim, a frequência de SE nesse ano letivo impunha que no final do semestre ímpar do respetivo ano letivo, o Estudante tivesse tido aprovação nas unidades curriculares de Contabilidade Financeira I; Contabilidade Financeira II, Contabilidade Analítica I; Análise Financeira e Fiscalidade I. Todavia, excecionalmente, esse Regulamento prevê também que, quando no final do semestre ímpar do respetivo ano letivo, o Estudante tenha aprovação, a pelo menos quatro das cinco unidades curriculares referidas, pode ser autorizado pelo responsável da UC, ouvido o Diretor de Curso, a frequentar a unidade curricular. O Regulamento anterior não previa exceções.

A entrada em vigor no ano letivo de 2012/2013 destes dois Regulamentos, trouxeram uma realidade diferente aos estudantes finalistas. Por um lado, podiam, mais facilmente, estar matriculados e a frequentar o último ano da Licenciatura e por outro, podiam, por ter mais UC's por fazer em simultâneo e por isso, ter eventualmente mais dificuldade em garantir a aprovação, quer pelo esforço que acarreta, quer pelas dificuldades que pudessem evidenciar na frequência de UC como SE que faz a síntese curricular e a integração dos conteúdos do Ciclo de Estudos.

3. REFERÊNCIAS A ESTUDOS EFETUADOS

Construir e desenvolver a Sociedade do Conhecimento exige uma profunda alteração no comportamento dos agentes políticos, económicos e sociais que deverão envolver-se num processo de aprendizagem completo e contínuo. Neste paradigma o ensino superior tem um papel fulcral, devendo ser o seu impulsionador. Assim, é imperativo que o processo de ensino/aprendizagem seja dinâmico e evolutivo, integrando novos conteúdos e metodologias e desenvolvendo competências nas diferentes áreas do saber (Castillo e Abad, 2003).

O *American Accounting Association* e o *International Financial Accounting Committee* demonstraram que o ensino da contabilidade está demasiado centrado na aquisição de conhecimentos da técnica contabilística por parte dos estudantes, dando lugar a um processo de aprendizagem mais baseado no enfoque individual e passivo. Para aqueles organismos, no ensino da contabilidade existem défices no desenvolvimento de outras competências tais como, a resolução de problemas, a comunicação e as relações interpessoais. Por isso propõem aos docentes o emprego de métodos baseados em casos reais, seminários, jogos, simulações e outras técnicas que envolvam o estudante ativamente no processo de aprendizagem.

¹¹ Regras gerais sobre inscrição e transição de ano no 1º ciclo da ESCE do IPS, (Agosto de 2012).

Segundo Etxeberria e Pike (2011), espera-se dos futuros profissionais da contabilidade não só os conhecimentos técnicos para o bom desempenho, mas também outras competências como: pensamento e análise crítica, boa comunicação oral e escrita, trabalho em equipa, responsabilidade e compromisso ético. Silva, Aleixo e Teixeira (2011) referem que tal só é possível com a participação ativa do estudante no processo de aprendizagem e com o recurso a novas metodologias de ensino que possam desenvolver todas estas competências de natureza diversa. Por outro lado, relativamente às necessidades de aprendizagem, Serra (2004) refere que as mesmas devem incluir, entre outras, soluções que permitam a auto-aprendizagem, que incentivem a aprendizagem acompanhada, a aprendizagem em grupo e o uso de tecnologias.

Segundo Ariza (2011), a implantação do Espaço Europeu de Ensino Superior pressupõe uma série de mudanças significativas que passam pelo ensino e desenvolvimento de competências, tanto genéricas como específicas. As Instituições do Ensino Superior têm um papel fundamental na mudança do paradigma do ensino para o da aprendizagem, destacando-se vários aspetos: (i) os estudantes deverão ser capazes de argumentar, discutir e desenvolver o espírito crítico, onde “ensinar” deve progressivamente dar lugar a “aprender”; (ii) o docente, que recorrendo a novos métodos e recursos, deve fomentar uma maior interação com o estudante incentivando-o a ser um elemento ativo do processo de aprendizagem (Silva, Aleixo e Teixeira, 2011). Na sequência desta alteração e evolução, Etxeberria e Pike (2011) referem que nos últimos anos a universidade mudou do paradigma centrado no ensino para o de uma aprendizagem autónoma do estudante, o que implicou a renovação das metodologias tradicionais praticadas no ensino superior.

Atualmente, as organizações não podem ficar indiferentes ao desenvolvimento económico, social e tecnológico, bem como às transformações frequentes a esses níveis. Teixeira, Silva e Aleixo (2013) referem que as Instituições de Ensino Superior e os docentes não devem ficar alheios a estas mudanças, devendo assumir um papel ativo na implementação de novas metodologias de aprendizagem. Segundo as autoras, os estudantes consideraram as metodologias de ensino associadas ao ensino da contabilidade um precioso contributo para o processo de ensino/aprendizagem e são fundamentais para o exercício da profissão.

Para que a implementação das novas metodologias de ensino obtenha sucesso é fundamental que exista convergência entre a atuação dos docentes e a dos estudantes. O docente deverá preocupar-se com dois níveis de intervenção: primeiro, atuar ao nível das novas perspetivas de aprendizagem; segundo, pensar e implementar métodos e técnicas pedagógicas que aumentem a motivação dos estudantes para a aprendizagem dos temas específicos. Relativamente aos estudantes, é necessário incentivar a aprendizagem através de uma maior responsabilização e participação, desenvolver técnicas de trabalho individual e/ou de grupo, elaboração de horários¹² com definição de prioridades, incentivo à leitura e à recolha de informação, promover estratégias de organização de trabalho e gestão do tempo, de tal modo que possam adquirir competências que lhe permitam procurar soluções, resolver problemas, auto avaliar-se, compreender um texto e saber utilizar as informações recolhidas (Estanqueiro, 1992).

Segundo Polvillo e Montaña (2011), o processo educativo baseado na definição de aprendizagem como uma construção ativa de conhecimentos impõe ao estudante a responsabilidade da sua própria evolução e aprendizagem, permitindo-lhe uma maior facilidade em alcançar aprendizagens significativas. Neste sentido, os estudantes devem adotar um enfoque profundo no processo de aprendizagem, assumindo uma atitude ativa, de modo a compreender claramente os conteúdos e relacionar novas ideias com os conhecimentos já adquiridos (Polvillo e Montaña, 2011, citando Ausubel, 1968).

Alves *et. al.*(2013) referem que os estudantes têm uma motivação mais elevada quando frequentam unidades curriculares onde a metodologia de ensino é focada na aprendizagem. Os autores referem que são vários os aspetos que influenciam essa motivação, nomeadamente a “Importância na formação global de um licenciado em Contabilidade”, a “Consolidação de conhecimentos” e porque “Proporciona o desenvolvimento da capacidade de iniciativa”.

No entender de Aleixo, Teixeira e Silva (2012), a metodologia de ensino focada na aprendizagem participativa do estudante mediante a implementação de metodologias ativas que lhe permita responder aos novos desafios

¹² O horário é um guia que leva o estudante a trabalhar com regularidade (Estanqueiro, 1992:15)

organizacionais e o capacite de competências adequadas à realidade organizacional, face ao modelo tradicional de lecionar, é considerada uma mais-valia, quer em termos académicos quer para a sua futura inserção profissional.

4. ESTUDO

4.1. Metodologia

Simulação Empresarial é uma unidade curricular de síntese da Licenciatura em Contabilidade e Finanças da ESCE do IPS, funciona há 11 anos na Escola e desde sempre, utiliza como metodologia de ensino a assente na resolução de problemas.

Neste estudo, pretendemos verificar se há diferença no nível de sucesso da UC, na média, mediana e moda, das notas obtidas, bem como na perceção pelos estudantes do nível de atingimento dos objetivos da UC e do acréscimo de conhecimentos ao nível da Contabilidade Financeira, Fiscalidade, Finanças e Orçamentação, após a frequência de Simulação Empresarial. Para tal, comparam-se os resultados obtidos no inquérito passado aos estudantes neste ano letivo de 2012/2013, com os resultados obtidos nos últimos dois anos.

O desenvolvimento deste estudo foi efetuado através de pesquisa documental e bibliográfica. Trata-se de um Estudo de caso com características descritivas e exploratórias. Foram analisados documentos internos e tratadas as respostas obtidas num inquérito efetuado aos estudantes. Assim, neste estudo utilizou-se como método de recolha de dados o inquérito por questionário, pois o mesmo pode ser constituído por uma série ordenada de questões que são respondidas por escrito não sendo necessária a presença de um entrevistador (Marconi e Lakatos, 1999).

O questionário foi constituído pelas questões necessárias aos objetivos do estudo, tendo sido adotada uma terminologia clara e perceptível, para que as questões tivessem o mesmo significado para todos os inquiridos. Foram apenas utilizadas questões fechadas, pois as questões abertas podem originar diferentes respostas dos inquiridos (Bell, 1997). A opção pelas questões fechadas – nas quais os inquiridos são confrontados com um conjunto de alternativas para escolher a que melhor representa a sua situação – teve ainda outros objetivos, nomeadamente: (i) permitir uma maior rapidez e facilidade de resposta; (ii) conseguir uma maior uniformidade, rapidez e simplificação na análise das respostas; e (iii) facilitar a contextualização das questões. Na elaboração do questionário foi utilizada a seguinte escala de opções de resposta: 1 = Nada; 2 = Pouco; 3 = Suficiente; 4 = Bom e 5 = Muito Bom.

Na elaboração do questionário a efetuar aos estudantes foram consideradas duas perspetivas:

a) avaliar o grau de cumprimento dos objetivos da unidade curricular de Simulação Empresarial, os quais se apresentam de seguida:

Quadro 3: Objetivos da unidade curricular de Simulação Empresarial

Objetivos da unidade curricular de SE	
Objetivo 1	Aplicar e consolidar conhecimentos adquiridos ao longo do Curso
Objetivo 2	Reforçar a formação integrada
Objetivo 3	Proporcionar uma visão prática da profissão
Objetivo 4	Aumentar a capacidade de trabalhar em grupo
Objetivo 5	Incentivar a investigação
Objetivo 6	Reforçar os conhecimentos para elaboração e apresentação de relatórios
Objetivo 7	Aumentar a capacidade de autoavaliar-se

Fonte: Elaboração própria

b) avaliar se há acréscimo de conhecimentos ao nível da Contabilidade Financeira, Finanças, Fiscalidade e Orçamentação, após a frequência da unidade curricular.

Nesse sentido, o questionário foi organizado em 2 grupos e encontra-se estruturado da seguinte forma:

1. Introdução: o objetivo é clarificar a finalidade do questionário. Para além disso, serve para garantir o seu anonimato e o sigilo absoluto (relativamente aos dados fornecidos), de forma a obter-se uma maior disponibilidade e cooperação por parte dos inquiridos envolvidos no estudo.
2. Grupo I: tem por objetivo avaliar o grau de cumprimento dos objetivos da unidade curricular de Simulação Empresarial.
3. Grupo II: pretende perceber, numa perspetiva de autoavaliação, a posição dos estudantes face às temáticas de Contabilidade Financeira, Finanças, Fiscalidade e Orçamentação, no início e no fim de Simulação Empresarial.

No sentido de responder aos objetivos propostos neste estudo foram formuladas as seguintes questões?

- 1) Há diferença entre o somatório das percentagens atribuídas a “Bom” e Muito Bom” relativamente ao grau de atingimento dos objetivos da UC pelos estudantes de SE no ano letivo 2012/2013 com a realidade da UC, nos últimos três anos?
- 2) Há diferença entre a perceção dos estudantes do ano letivo de 2012/2013 relativamente ao acréscimo de conhecimentos em Contabilidade Financeira, Fiscalidade, Finanças e Orçamentação, após a frequência de Simulação Empresarial, com a realidade da UC, nos últimos três anos?
- 3) Há diferença entre a percentagem do nível de aprovação dos estudantes de SE no ano letivo 2012/2013 com a realidade da UC, nos últimos três anos?
- 4) Há diferença entre a média, mediana e moda obtida pelos estudantes de SE no ano letivo 2012/2013 com a realidade da UC, nos últimos três anos?

4.2. População e Amostra

Este estudo incidiu sobre os estudantes da Licenciatura em Contabilidade e Finanças inscritos em SE nos anos letivos 2010/2011, 2011/2012 e 2012/2013, que constituem a população em análise. O Quadro 4 apresenta a distribuição da população pelos vários anos letivos, tendo em conta não só o número de estudantes inscritos, mas também o número de estudantes avaliados e aprovados em cada um dos anos.

Quadro 4: Distribuição da população

	2010/2011	2011/2012	2012/2013
Nº alunos inscritos	119	96	116
Nº alunos avaliados	111	91	113
Nº alunos aprovados	111	91	101

Fonte: Elaboração própria

As diferenças entre o número de estudantes inscritos/avaliados/reprovados resultam de faltas à avaliação da UC (8 estudantes no ano letivo 2010/2011, 6 estudantes no ano letivo 2011/2012 e 2 estudantes no ano letivo 2012/2013), desistências (2 estudante no ano letivo 2012/2013) e reprovações (12 estudantes no ano letivo 2012/2013).

A amostra foi constituída pelos estudantes aprovados nos vários anos letivos. O inquérito por questionário foi efetuado sempre no final de cada ano letivo, no mês de julho após a aprovação na unidade curricular de SE. A taxa de resposta obtida foi de 86,5% para o ano letivo de 2010/2011, 83,5% para o ano letivo de 2012/2013 e de

99,1% para o ano letivo de 2012/2013, o que consideramos um indicador válido por demonstrar um interesse digno de registo por parte desses estudantes em participar ativamente num estudo que lhes diz respeito.

4.3. Apresentação e discussão dos resultados

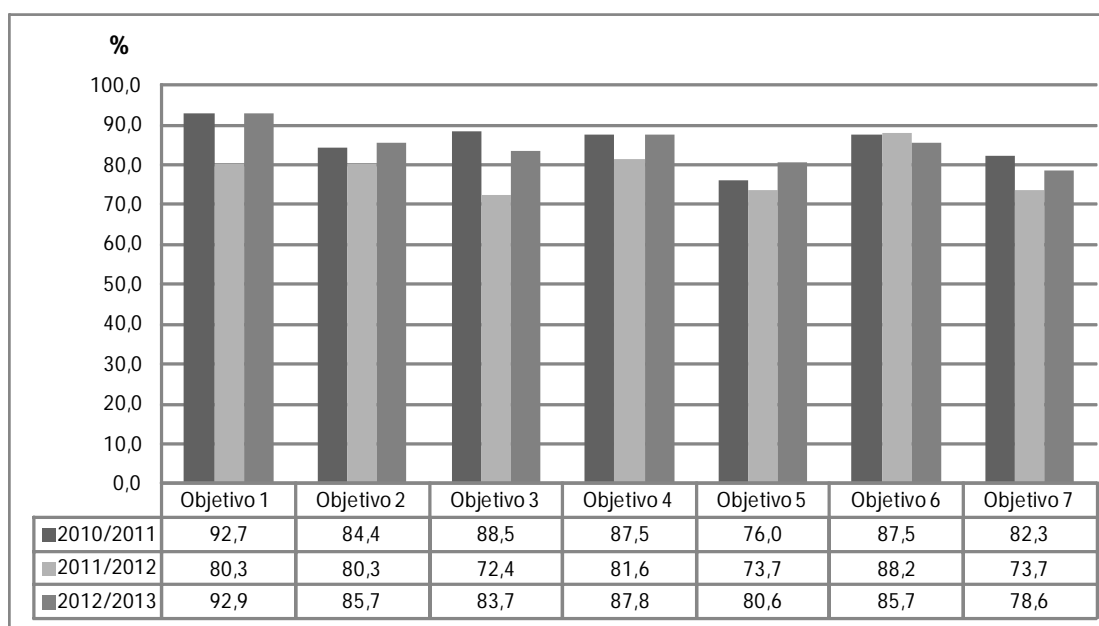
Neste ponto são apresentados e discutidos os resultados, procurando dar resposta às questões formuladas anteriormente.

- **Questão 1**

Há diferença entre o somatório das percentagens atribuídas a “Bom” e Muito Bom” relativamente ao grau de atingimento dos objetivos da UC pelos estudantes de SE no ano letivo 2012/2013 com a realidade da UC, nos últimos três anos letivos?

Para solucionar esta questão foram analisadas as respostas dos estudantes quando inquiridos ao Grupo I do questionário, cujo objetivo era avaliar o grau de cumprimento dos objetivos da unidade curricular de Simulação Empresarial. O Gráfico 1 apresenta as percentagens atribuídas ao somatório da opção “Bom” e “Muito Bom” sobre o grau de atingimento dos objetivos da UC de SE ao longo dos anos letivos em análise.

Gráfico 1: Grau de atingimento dos objetivos da UC de Simulação Empresarial



Fonte: Elaboração própria

Genericamente, verifica-se pela análise do Gráfico 1 que a percentagem de respostas na opção 4 (Bom) juntamente com a opção 5 (Muito Bom), é sempre superior a 70%, o que significa que as escolhas destas opções são as mais relevantes. De salientar que não se verificaram grandes oscilações no grau de cumprimento dos objetivos de SE nos três anos letivos analisados. Os objetivos a que os estudantes atribuem um maior grau de cumprimento são os seguintes:

- aplicar e consolidar conhecimentos adquiridos ao longo do Curso (Objetivo 1) com valores acima de 80% no ano letivo de 2011/2012 e superiores a 90% nos outros dois anos letivos;
- aumentar a capacidade de trabalhar em grupo (Objetivo 4) cujos valores apresentados superam sempre os 80%;
- reforçar os conhecimentos para elaboração e apresentação de relatórios (Objetivo 6) também com percentagens acima dos 80%.

Por outro lado, os objetivos menos cumpridos na opinião dos estudantes são:

- incentivar a investigação (Objetivo 5) embora apresentando valores acima de 70% nos anos letivos 2010/2011 e 2011/2012 e aumentando o seu grau de cumprimento no ano letivo 2012/2013 para valores de cerca de 80
- aumentar a capacidade de autoavaliar-se (Objetivo 7) ainda assim com valores acima dos 70%.

Em termos evolutivos e de uma forma geral há um decréscimo, embora pouco significativo, no grau de atingimento dos vários objetivos em análise do ano letivo 2010/2011 para 2011/2012 e um acréscimo no ano letivo 2012/2013.

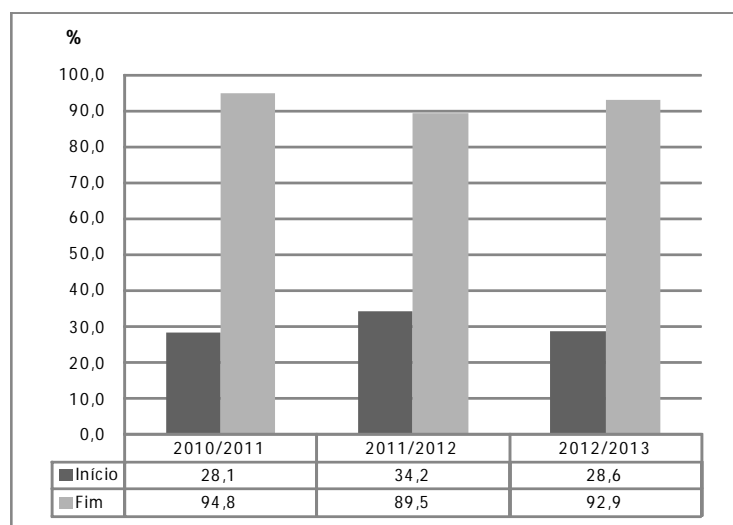
- **Questão 2**

Há diferença entre a perceção dos estudantes do ano letivo de 2012/2013 relativamente ao acréscimo de conhecimentos em Contabilidade Financeira, Fiscalidade, Finanças e Orçamentação, após a frequência de Simulação Empresarial, com a realidade da UC, nos últimos três anos?

Considerou-se também pertinente, face às temáticas, Contabilidade Financeira, Finanças, Fiscalidade e Orçamentação, numa perspetiva de autoavaliação, e tendo em conta as mesmas opções de resposta conhecer o posicionamento dos estudantes no início e no fim da unidade curricular de SE. A análise dos resultados obtidos por cada uma das temáticas autoavaliadas nos três anos letivos, permite constatar comportamentos diferenciados, tal como se pode observar nos gráficos seguintes.

O Gráfico 2 apresenta as percentagens atribuídas ao somatório da opção “Bom” e “Muito Bom” sobre a autoavaliação efetuada pelos estudantes relativamente a os conhecimentos de Contabilidade Financeira no início e no fim da UC de SE.

Gráfico 2: Distribuição das respostas da autoavaliação de conhecimentos de Contabilidade Financeira



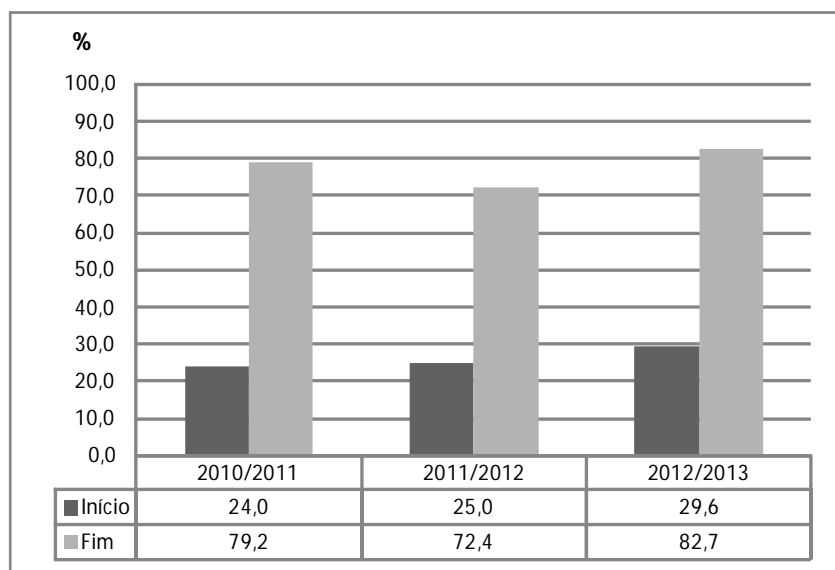
Fonte: Elaboração própria

Pela análise do Gráfico2 verificamos que, em média, apenas cerca de 30% dos estudantes autoavaliaram os seus conhecimentos de Contabilidade Financeira como Bons e Muitos Bons no início da UC de SE em todos os anos letivos analisados, sendo que de 2011/2012 para 2012/2013 houve um decréscimo dessa percentagem (passou de 34,2% para 28,6%). No final da UC de SE é notória a evolução da autoavaliação efetuada pelos estudantes, pois a percentagem conjunta de respostas nas opções Bom e Muito Bom ronda os 90%, o que traduz um acréscimo bastante significativo face aos valores evidenciados no início da UC de SE (66,7% em 2010/2011; 55,3% em 2011/2012; 64,3% em 2012/2013).

Os resultados apresentados comprovam a importância que SE assume no plano de estudos da Licenciatura em Contabilidade e Finanças como unidade curricular integradora de conhecimentos, neste caso específico na área da Contabilidade Financeira, sendo evidente o reconhecimento por parte dos estudantes do reforço das competências adquiridas com a sua frequência.

O Gráfico 3 apresenta as percentagens atribuídas ao somatório da opção “Bom” e “Muito Bom” sobre a autoavaliação efetuada pelos estudantes relativamente a os conhecimentos de Finanças no início e no fim da UC de SE.

Gráfico 3: Distribuição das respostas da autoavaliação de conhecimentos de Finanças



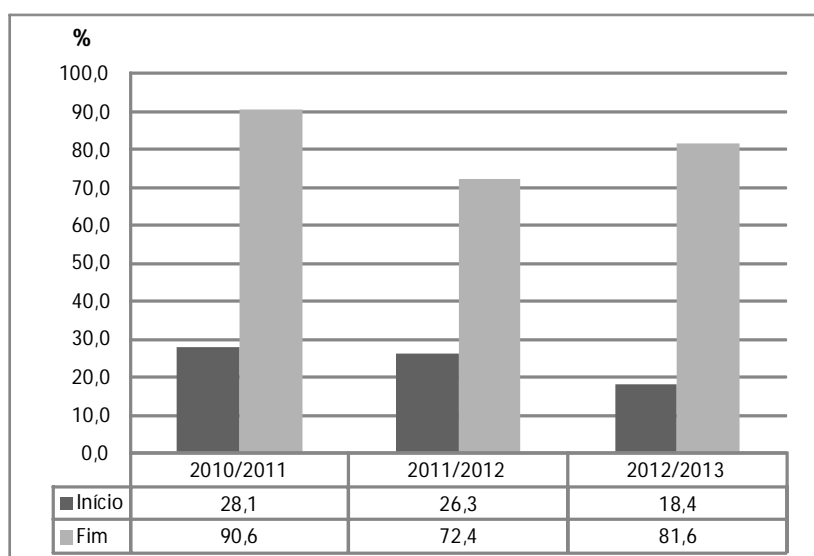
Fonte: Elaboração própria

Relativamente à área das Finanças os resultados evidenciam que no início da UC de SE os estudantes consideram que os seus conhecimentos sobre Finanças são poucos ou suficientes, dado que a percentagem de estudantes que consideram ter conhecimentos Bons e Muito Bons oscila entre 24% em 2010/2011 e 29,6% em 2012/2013. Todavia, embora os valores sejam muito reduzidos a autoavaliação nesta área sofreu um aumento ao longo dos três anos letivos em estudo. No final da UC de SE o cenário altera-se o que traduz claramente o acréscimo e/ou consolidação de conhecimentos que obtiveram durante o percurso de SE, já que no final a posição dos estudantes incidu maioritariamente nas opções Bom Muito Bom com valores a oscilar entre 79,2% em 2010/2011 e 82,7% em 2012/2013.

O Gráfico 4 apresenta as percentagens atribuídas ao somatório da opção “Bom” e “Muito Bom” sobre a autoavaliação efetuada pelos estudantes relativamente a os conhecimentos de Fiscalidade no início e no fim da UC de SE.

No que respeita à área da Fiscalidade, os resultados obtidos também revelam comportamentos semelhantes às temáticas já analisadas anteriormente, embora seja de destacar que no período em análise há um decréscimo na autoavaliação efetuada pelos estudantes no início da UC de SE, assumindo especial destaque no ano letivo 2012/2013 onde apenas 18,3% dos inquiridos consideram ter Bons e Muito Bons conhecimentos de Fiscalidade, contrariamente aos valores dos anos letivos 2011/2012 e 2012/2013 que se situavam nos 28,1% e 26,3% respetivamente. Esta tendência pode estar interligada com a aplicação do atual Regulamento de SE, dado que, após a sua atualização pode acontecer que um estudante possa frequentar SE sem ter tido aprovação em qualquer das unidades curriculares de Fiscalidade previstas no plano de estudos. No entanto, no fim da UC de SE os estudantes reconhecem um acréscimo de conhecimentos nesta área bastante expressivo, que se traduz num aumento percentual de 62,5 em 2010/2011, 46,1 em 2011/2012 e 63,2 em 2012/2013.

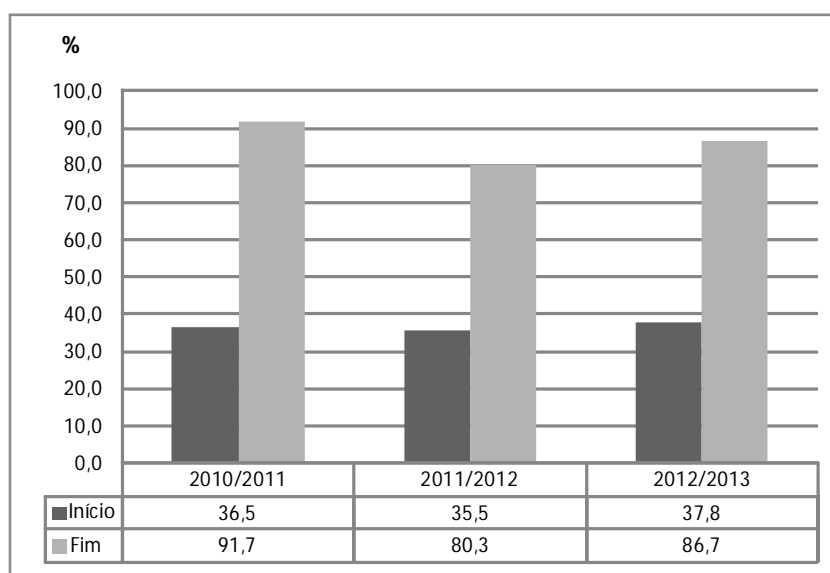
Gráfico 4: Distribuição das respostas da autoavaliação de conhecimentos de Fiscalidade



Fonte: Elaboração própria

O Gráfico 5 revela as percentagens atribuídas ao somatório da opção “Bom” e “Muito Bom” sobre a autoavaliação efetuada pelos estudantes relativamente a os conhecimentos de Orçamentação no início e no fim da UC de SE.

Gráfico 5: Distribuição das respostas da autoavaliação de conhecimentos de Orçamentação



Fonte: Elaboração própria

A temática da Orçamentação assume particular destaque de entre todas, pois como é visível pelo Gráfico 5, é a temática em que os estudantes se consideram melhor preparados no início da UC de SE embora os valores fiquem aquém de que seria desejado no último semestre da Licenciatura pois nem chegam aos 40% em nenhum dos anos. No final da UC os estudantes autoavaliam-se como Bons e Muitos Bons conhecedores da prática da

Orçamentação pois em todos os anos mais de 80% dos estudantes considera ter conhecimentos consolidados desta matéria.

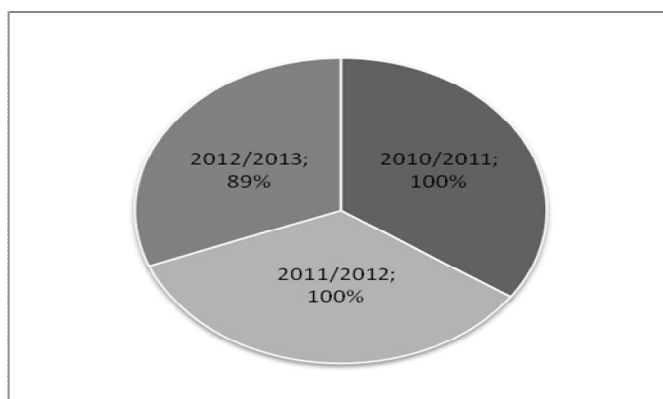
Em síntese podemos referir que a autoavaliação efetuada, por cada estudante relativamente aos conhecimentos que tinham no início e têm no final da UC relativamente à Contabilidade Financeira, Finanças, Fiscalidade e Orçamentação, é consistente ao longo dos anos, sendo que, no início todos se posicionavam maioritariamente nas opções “Pouco” e “Suficiente”, e no final há uma evidente deslocação, para o “Bom” e “Muito Bom”. Através da autoavaliação efetuada pelos estudantes é possível verificar que há uma evidente diferença de conhecimentos no início e no final da unidade curricular de SE. Confrontando o nível de respostas obtidas com a prática de Docente/Tutor, de vários anos letivos, consideramos que essa diferença é por um lado, reflexo das dificuldades sentidas no decorrer da UC e por outro, do nível de conhecimentos que admitem ter adquirido, quando confrontados com os problemas e do esforço que tiveram de empregar para encontrarem a solução adequada.

- **Questão 3**

Há diferença entre a percentagem do nível de aprovação dos estudantes de SE no ano letivo 2012/2013 com a realidade da UC, nos últimos três anos letivos?

Para responder a esta questão foram analisadas as notas finais obtidas pelos estudantes na unidade curricular de SE nos três anos letivos em estudo e calculadas as respetivas taxas de aprovação. De salientar que o Gráfico 6 evidencia as taxas de aprovação que traduzem a percentagem de estudantes aprovados em SE face ao número total de estudantes avaliados na UC.

Gráfico 6: Taxas de aprovação na unidade curricular de Simulação Empresarial



Fonte: Elaboração Própria

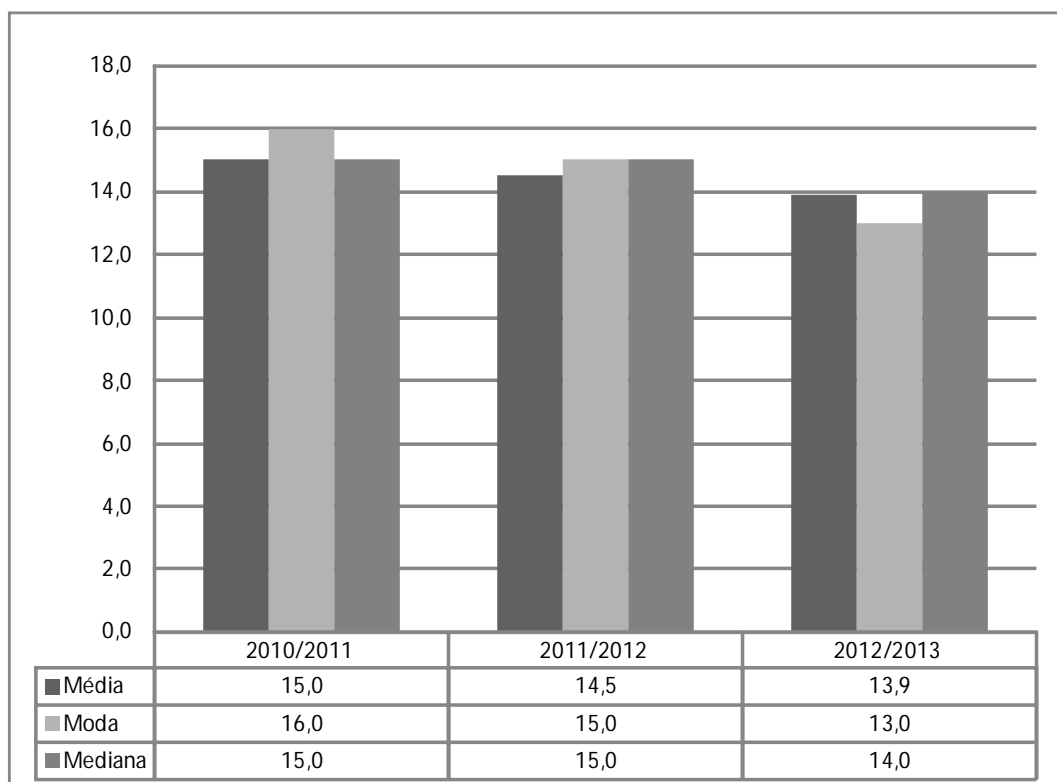
Pela análise do Gráfico 6 verifica-se que em ambos os anos letivos 2010/2011 e 2011/2012 a taxa de aprovação é de 100%, o que significa que todos os estudantes avaliados foram aprovados na UC. Porém, salienta-se um decréscimo de 11% percentuais na taxa de aprovação do ano letivo 2012/2013, pois dos 113 estudantes avaliados na UC e, contrariando a nossa estatística, reprovaram 12 estudantes no decurso da avaliação contínua. Esta análise, pode ainda ser mais penalizadora para o grupo de estudantes do ano letivo de 2012/2013, se tivermos em conta, que de 2002/2003 a 2011/2012 apenas tinham sido reprovados seis estudantes.

- **Questão 4**

Há diferença entre a média, mediana e moda obtida pelos estudantes de SE no ano letivo 2012/2013 com a realidade da UC, nos últimos três anos letivos?

À semelhança da questão anterior foram analisadas as notas finais obtidas pelos estudantes na unidade curricular de SE nos três anos letivos em estudo e calculadas as médias, modas e medianas respetivas. O Gráfico 7 apresenta a média, moda e mediana da avaliação obtida pelos estudantes aprovados na unidade curricular de Simulação Empresarial nos três anos letivos em análise.

Gráfico 7: Média, Moda e mediana da avaliação da UC de Simulação Empresarial



Fonte: Elaboração própria

Quando analisamos o Gráfico 7 constatamos que a média obtida pelos estudantes em SE tem vindo a diminuir, tendo apresentando um decréscimo mais significativo no ano letivo de 2012/2013. Se avaliarmos as médias em termos qualitativos poderemos dizer que passam de “Bom” nos primeiros dois anos letivos para “Suficiente” no último ano letivo. Além disso é também visível, uma diminuição acentuada na moda, sobretudo do ano letivo 2011/2012 para o ano letivo 2012/2013, o que significa que a nota final mais obtida pelos estudantes foi de 13 valores (cerca de 26,7% dos alunos aprovados) contrariamente ao que vinha acontecendo em anos anteriores. À semelhança da média e da moda também a mediana apresenta o seu valor mais baixo no ano letivo 2012/2013.

Embora seja reconhecido pelos estudantes aprovados quer o acréscimo e consolidação de conhecimentos com a frequência da UC, quer o cumprimento dos objetivos curriculares de SE, confrontamo-nos com uma realidade nova, pois com um nível de aprendizagem semelhante, temos estudantes que na avaliação formal desceram tanto a média de aprovação como a mediana e a moda dessa avaliação. E também patente a diferença do nível de insucesso, que nada tem a ver com a história de SE na ESCE.

Confrontados com esta realidade e perante a estabilidade verificada ao nível, do corpo docente, das metodologias de ensino aplicadas, do modelo de funcionamento e da fórmula de avaliação, fica por efetuar uma análise, em estudo posterior, inquirindo os estudantes reprovados, que nos permita verificar se esse insucesso está relacionado com a aplicação da actualização dos dois Regulamentos citados. De formas diferenciadas, ambos permitem aos estudantes, frequentar SE com um maior número de UC por concluir o que pode, por um lado, complicar a gestão do tempo e por outro, que frequentem a disciplina sem terem adquirido os conhecimentos de base que são fundamentais ao seu sucesso.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assente na aplicação da metodologia de ensino baseada na resolução de problemas, SE, na Licenciatura de CF da ESCE, é uma unidade curricular do último semestre e faz a síntese e consolidação curricular. O sucesso que historicamente apresenta é evidente quer ao nível da aprovação, quer na avaliação por parte dos estudantes do cumprimento dos seus objetivos, quer na autoavaliação da aquisição/consolidação de conhecimentos em quatro áreas, a saber: Contabilidade Financeira, Finanças, Fiscalidade e Orçamentação.

À semelhança de outros anos, no final da unidade curricular, foi passado um inquérito aos Estudantes. Comparando as respostas obtidas no inquérito em 2012/2013, com as dos dois anos letivos anteriores, verificamos que, o nível de cumprimento dos objetivos, em valores percentuais, ou é semelhante, ou é superior. Relativamente ao acréscimo de conhecimentos nas quatro áreas referidas, verifica-se um comportamento semelhante quer no início quer no fim da UC de SE no período em análise. Todavia, no que se refere ao nível de aprovação e da média, mediana e moda, é patente o decréscimo nos valores obtidos.

Analisando o contexto do funcionamento de SE, a única diferença encontrada foi a entrada em vigor da actualização dos dois regulamentos, o de Transição de ano e o de Simulação Empresarial. Constatada essa evidência, como trabalho futuro, propomo-nos continuar o estudo comparativo em anos futuros e tentando aprofundar, através de questionário, os estudantes reprovados atualmente inscritos na unidade curricular, sobre eventuais causas, para o seu insucesso.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aleixo, C., Teixeira, A. B. Teixeira, Silva, S. M., (2012), Simulação Empresarial: Um caso de Sucesso, XXII Jornadas Luso-espanholas de Gestão Científica, Vila Real.
- Alves J., Moutinho N., Pires A., e Ribeiro N. (2013): A Motivação dos Alunos em Simulação Empresarial: análise de um ano letivo” XIV Congresso Internacional de contabilidade e auditoria, Lisboa.
- Anés, J. A. D. & Gavira, R. L. (2011): “Aprendizaje baseado en el uso de casos de estudio real”, XXI Jornadas Hispano-Lusas Gestión Científica. Córdoba.
- Anúncio N.º 6060/2010 – Critérios para o reconhecimento da habilitação académica adequada para o exercício da profissão de Técnico Oficial de Contas (de acordo com o processo de Bolonha), Diário da República, 2ª Série, N.º 125, de 30 de junho de 2010.
- Anúncio N.º 6106/2010 – Regulamento de Inscrição, Estágio e Exame Profissionais, Diário da República, 2ª Série, N.º 126, de 1 de julho de 2010.
- Arbrecht, W.S. & Sack, R. J. (2000): Accounting education: Charting the course through a perilous future, Accounting Education Series, Volume No. 16, American Accounting Association. Sarasota.
- Ariza L. R. (2011): “Enseñando a emprender”. XVI Congreso AECA. Granada.
- Balanço, M. J. e Coelho F. M, (1996); “Motivar os Alunos – Criatividade na relação pedagógica: conceitos e práticas”, Texto Editora, 2ª Edição, Lisboa.
- Barrows, H. & Tamblyn, R. (1980): Problem-based Learning: An Approach to Medical Education, Springer Series on Medical Education, Volume 1, New York.
- Bell, J. (1997): Como Realizar um Projecto de Investigação: Um Guia para a Pesquisa em Sociais e da Educação, Gradiva, Lisboa.
- Bolt-Lee, C., & Foster, S. (2003): ” The core competency framework: A new element in the continuing call for accounting education change in the United States”. *Accounting Education*, 12(1), pp 33-47.
- Bradford, B. M., & Peck, J. M. W. (1997): “Achieving AECC outcomes through the seven principles for good practice in undergraduate education”, *Journal of Education for Business*, 72(6), pp 364-368.
- Bui, B., & Porter, B. (2010): “The Expectation-Performance Gap in Accounting Education: An Exploratory Study”, *Accounting Education*, 19(1-2), 23-50.
- Castillo, A. M. C., e Abad, I. M. G. (2003): “Enseñanza Interactiva y Desarrollo de Competencias Directivas a través de la Docencia de la Administración de Empresas”, XIV Jornadas Luso- Espanholas de Gestão Científica, Ponta Delgada, Açores.
- Decreto-Lei nº 310/2009 de 26 de Outubro.
- Estanqueiro, A. (1992); “Aprender a Estudar – um guia para o sucesso na escola”, Texto Editora, 4ª Edição, Lisboa.
- Estatuto da Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal. Despacho N.º 26797/2009, Diário da República, 2ª Série, N.º 239, de 11 de dezembro de 2009.
- Etxeberria, M. E. A. & Pike, M. E. (2011): “Implantación del Aprendizaje basado en proyectos en el análisis de cuentas anuales”, XXI Jornadas Hispano-Lusas Gestión Científica, Córdoba.
- Hansen, J. D. (2006): Using problem-based learning in accounting, *The Journal of Education for Business*, 81(4), 221-224.
- Jones, A. (2010): “Generic Attributes in Accounting: The Significance of the Disciplinary Context”, *Accounting Education*, 19(1-2), pp 5-21.
- Lei nº 62/2007 de 10 de Setembro.
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (1999): Técnicas de Pesquisa (4ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Pasin, F., e Giroux, H. (2011): The impact of a simulation game on operations management education, *Computers & Education*, 57, 1240-1254.
- Polvillo, C. F. & Montaña, J. L.A. (2011): “Enfoques de Aprendizaje: Un Estudio Comparativo de las Titulaciones de la Escuela Universitaria de Osuna” XXI Jornadas Hispano-Lusas Gestión Científica, Córdoba.

Programa da Unidade Curricular de Simulação Empresarial (2013/2014), <http://www.esce.ips.pt>.
Regras gerais sobre inscrição e transição de ano no 1º ciclo da ESCE do IPS (Agosto de 2012), <http://www.esce.ips.pt>.
Regulamento de Simulação Empresarial 2012/2013 e seguintes, Escola Superior de Ciências Empresarias, <https://www.si.ips.pt>
Serra, F. M. D. (2004): “Reorientação das Actividades de Ensino/Aprendizagem nas Instituições de Ensino Superior: Uma Abordagem Sistémica”, XIV Jornadas Luso-Espanholas de Gestão Científica, Ponta Delgada, Açores.
Silva, S., Aleixo, C e Teixeira, A. B. (2011) “As novas tecnologias e o ensino da Contabilidade: Estudo de caso”, XXI Jornadas Hispano-Lusas, Córdoba.
Teixeira, A. B., Silva, S., Aleixo C., (2013), Metodologias de Ensino no Ensino da Contabilidade: Estudo de Caso, XXIII Jornadas Hispano-Lusas de Gestão Científica - Bases para Empreender e Gerir com Racionalidade Económica e Transparência, Málaga.